

As Florestas e o Desenvolvimento Sustentável no Brasil

Relatório da Oficina de 10 e 11 de fevereiro de 2009

Luziânia – Chácara do CIMI

Organização: FBOMS, Via Campesina, MMC, MST

10 de fevereiro: Primeira Mesa – O papel das florestas no desenvolvimento sustentável do Brasil

Coordenação: FBOMS e MMC/Via Campesina

Adriana Ramos – Instituto Socioambiental – ISA:

O nome Amazônia inclui diversos conceitos, da Amazônia legal até a caracterização dos biomas. A Amazônia legal possui 27 milhões de habitantes, nove estados com características distintas, PIBs extremos e situações bastante díspares, 380 Terras Indígenas, 170 povos indígenas, 357 comunidades quilombolas e 4,5 milhões de pessoas vivendo em comunidades tradicionais. As terras indígenas são as áreas mais preservadas na Amazônia. Na Amazônia 22% são TI, comparado a 12% no Brasil todo. O processo de desmatamento cresce à proporção da ocupação. As populações tradicionais cumprem papel fundamental de preservação, assim como há uma relação entre a grilagem de terras e o desmatamento. Um setor move o outro: Infra-estrutura-grilagem de terras-plantação de soja, etc. A infra-estrutura é um motor desse modelo, com melhor exemplo a construção de estradas (como a BR 163, que liga Cuiabá a Santarém). Estudos do IPAM demonstram que políticas públicas adequadas podem mudar o quadro de desmatamento. Atualmente todo desmatamento se encontra próximo aos principais rodovias.

Os dados mais recentes demonstram que a ocupação maior dessas áreas deve-se à pecuária. O Mato Grosso é o maior exemplo de ocupação predatória. O desmatamento na Amazônia ganha uma repercussão maior que as outras regiões devido a sua importância na manutenção dos biomas de outras regiões. A maior parte da emissão de carbono advém do desmatamento, que contribui com 75% das emissões de carbono do Brasil, assim estabelecendo a sua relação com as mudanças climáticas. Na Convenção de Clima da ONU em 2007, o Brasil apresentou proposta de compensação pro redução do desmatamento.

O estudo do professor Antonio Nobre (ecólogo) demonstra como se deram as chuvas ao longo de uma década, sua movimentação nos trópicos, seus padrões. Demonstra os fatores que contribuem para a distribuição desigual da chuva tropical: condições físicas dinâmicas e padrões comuns como temperatura e pressão. Contudo, suas pesquisas vão além e demonstram fatores até então não considerados no controle da chuva, que são as emissões de gases biogênicos pelas plantas. O conhecimento aplicado demonstra que a promoção de chuva não é o único fator regulador de uma floresta úmida. A floresta remove os poluentes da atmosfera e mantém o ar limpo, retorna a chuva precipitada à atmosfera e regula o ciclo das chuvas. Na realidade, estas massas de ar esta se tornando cada vez mais secas e tem tendência de interromper fluxo de água para continente. Se fragmentar a floresta em pequenas parcelas, igual à Mata Atlântica, ela vai perder estas características.

A umidade faz um movimento de ida e vinda, passa pela Amazônia, é detida pela Cordilheira dos Andes, desce para o sul e volta pra o sudoeste, sul e sudeste brasileiro. Ela alimenta a chuva na Bacia do Prata. Essa relação é uma das fundamentais para pensar a Amazônia de forma não apartada no Brasil, mas integrada ao resto do país e do continente. . Pensar no futuro da Amazônia é garantir a sobrevivência de toda América do Sul.

A progressiva destruição da Amazônia afeta o resto do Brasil e do mundo. O ciclo de águas é um exemplo claro disso. Os efeitos das mudanças climáticas globais sobre Amazônia ainda não foram

totalmente esclarecidos, e estão ainda em fase de comprovação científica. A questão hidrológica não comporta mais dúvidas.

Tasso Azevedo - Diretor do Serviço Florestal Brasileiro/MMA:

No aspecto econômico, trata-se da preservação da floresta como estratégia de desenvolvimento. A inexistência da floresta significa a ausência de água e de recursos naturais. A crise de recursos naturais nos impõe verificar os impactados. Os mais vulneráveis são sempre os mais pobres, com menos recursos para se adaptar. A manutenção da floresta é absolutamente crucial para nossa sobrevivência.

Como fazer isso: em primeiro lugar há que se ter grande quantidade de florestas sob domínio público. Nos países que possuem maior volume de florestas, elas são públicas. Porque em geral o custo de manutenção de floresta em pé é pago pelo Estado, como um custo arcado pela sociedade como um todo. No entanto, nenhum país inclui o valor das florestas na conta nacional. O valor dos ativos ambientais está sob o domínio do Estado e os serviços que a floresta presta ainda não estão devidamente quantificados.

Outro fator de manutenção das florestas é a presença de comunidades tradicionais, principalmente em países em desenvolvimento. O caso mais interessante é a Tailândia, que perdeu 70% de sua cobertura florestal no século 20. Onde há floresta, significa que o recurso natural foi importante para a sobrevivência dos povos da região que lá habitam. No Brasil, o exemplo também é cabível. As comunidades tradicionais são levadas a degradar as florestas quando se dissociam de seus hábitos originais. O terceiro fator é a definição de áreas para proteção, fruto de decisão de governo, como as unidades de conservação no Brasil. O quarto é a promoção do uso sustentável das florestas, por meio de projetos de sustentabilidade dentro do processo de desenvolvimento. Na Finlândia, por exemplo, onde não há áreas protegidas e não há grandes áreas públicas, metade da produção florestal é feita em pequenas propriedades (com menos de 10 ha) por empresas florestais, cooperativas. É o arranjo destes 4 elementos que se tenta dar no Brasil.

No Brasil a Lei de Florestas Públicas, em 2006, veio para que enxerguemos a floresta como necessária à sobrevivência, em uma estratégia de conservação e uso sustentável. Metade do Brasil é coberta por florestas. No início era 90%, 40% perdemos no processo de ocupação. Na Amazônia perdemos 17%. No total, 65% de florestas são públicas, em dois grupos: as destinadas, que já se sabe para que servirão, como as terras indígenas, as unidades de conservação, aquelas objeto de concessão; e as não-destinadas, que podem estar ocupadas, e que são objeto de disputa na grilagem. Não há uma estratégia definida para estas últimas, a priori. As cadeias produtivas ligadas à floresta estão vinculadas à produção de papel, celulose, aglomerados, siderurgia, óleos, carvão vegetal e outros, além dos produtos não-madeireiros (3,5% do PIB do Brasil). São gerados 6 milhões de empregos neste setor e cerca de um milhão de pessoas trabalham no extrativismo e fora das estatísticas.

A floresta representa cerca de 30% do agronegócio. No ano passado, o setor florestal foi responsável por 27% do saldo da balança comercial, o que é um número alto e demonstra que a floresta tem lugar de importância na economia do Brasil e poderia ter mais. Implantar a Lei de Gestão de Florestas Públicas que foi aprovada em março de 2006 significa manter a floresta pública e promover seu uso sustentável. As alternativas são: criar unidades de conservação, destiná-las para o uso comunitário, permitir a atividade econômica na forma de concessão para o uso sustentável (ponto polêmico da lei). O processo histórico demonstra que definir o uso é o que garante a manutenção da floresta. O objetivo da Lei era evitar a privatização e enfrentar um processo que leva ao desmatamento por indivíduos que comparam o que gera mais lucro por unidade de terra.

Do total de florestas públicas cadastradas, tem 211 milhões de ha, é 25% do território nacional, quase 90% é na Amazônia. As UC somam 90 milhões, 120 milhões são destinados para uso comunitário, e apenas para 90 mil ha se aplica a concessão. No final de 10 anos de aplicação da lei, pode-se chegar a 300 milhões de hectares. de concessão. A concessão é um mecanismo complementar, o principal é a conservação e o uso comunitário. O desafio é como pensar o uso sustentável de 120 milhões de ha de

floresta para comunidades. Deve haver uma Política de Apoio ao Manejo Florestal Comunitário. Vai sair um decreto para promoção do manejo comunitário sustentável.

Reserva legal é um mecanismo que só existe no Brasil e tem uma função fundamental. É uma área que tem que ser mantida como floresta. Pode ser utilizada como processo de desenvolvimento, mas na lógica da economia sustentável. Se o pedaço da terra é definido como uso florestal permanente, a atividade jamais competirá como as grandes monoculturas, mas não é possível manter a floresta sem essa garantia. Não há como lidar com a reserva florestal de outra maneira, não é possível debater sua redução sem a perda das referências e dos fatores garantidores, pois atualmente nada compensa comparado ao desmatamento, nem o pagamento por serviços ambientais. Uma vez reduzido o percentual de Reserva Legal, imediatamente se desmatam as parcelas que deixarem de ser reservadas. Temos que evitar retrocesso no Código de qualquer forma. O que importa é discutir Política Nacional de Florestas, como foi feito com a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Marco Pavarino (MDA):

Existem contradições entre preservação e conservação e as estratégias da agricultura familiar e a não-familiar e sua convivência com as limitações ambientais. A agricultura familiar tem uma relação mais próxima, mais adaptada e de melhor convivência com as condições ambientais. A agricultura não familiar estirpa, homogeniza, mecaniza e usa padrões preconcebidos que tendem a desconsiderar as limitações ambientais.

O MDA trata diferenciadamente a agricultura familiar, ao lidar com os recursos naturais, sua utilização e sua manutenção. A secretaria de agricultura familiar, por exemplo, tem as linhas de financiamento, como o PRONAF, diferenciados para contribuir, como política pública, na preservação. O PRONAF-ECO destina-se à utilização ecológica dos recursos, PRONAF-Floresta destina-se ao manejo florestal comunitário. PRONAF-Agroecologia aos sistemas agroflorestais A assistência técnica e extensão rural tem o manejo florestal como meta, mas ainda precisa de evolução no debate. Há ausência de profissionais capacitados para gerir os projetos. Há parceria com o MMA na área. Há política de garantia de preços mínimos para a produção de produtos da biodiversidade, produtos não tradicionais, como o açaí, a borracha natural, o sisal e a castanha-do-Brasil.

Hoje sairá a portaria do MAPA com a garantia dos preços mínimos. Existe também um Programa para aquisição de alimentos, junto à CONAB. Há, ainda, programas conjuntos com o MMA. A Portaria nº 10 que promove o combate à grilagem nos 36 municípios da Amazônia que mais desmataram recentemente. Recente resolução do Conselho Monetário Nacional, operação Arcoverde, ora focados na questão produtiva, ora fundiária, mas diferenciando a agricultura familiar.

Shirley Abreu (MDA):

O tema da regularização fundiária não é novo, nos anos 80 promovia-se a ocupação da Amazônia, trazendo migrantes do Sul e Sudeste para ocupar a Amazônia. Para o MDA as áreas prioritárias para regularização são as degradadas e de conflito, no arco de fogo, sem abrir mão das titulações coletivas. O MMA tem um conceito parecido com relação às UCs. Os assentamentos extrativistas, agroflorestais e de desenvolvimentos sustentável são prioridade da regulação. Com relação ao público prioritário é uma questão polêmica, a SAE tem uma posição e o MDA tem outra. Importante é considerar função social da propriedade, não pode ter passivo legal (trabalho escravo nem infantil).

Atualmente existem cerca de 67 milhões de hectares de áreas da União passíveis de regularização na Amazônia Legal, comparado a 120 mio ha de TI e 100 mio ha sob controle dos Estados. Qual é a necessidade de alterar a legislação? A legislação trata a regularização fundiária como uma exceção não como uma política ativa, o que gera um conjunto de exigências não isonômicas, pois hoje se exige do ribeirinho a mesa documentação que de um proprietário de um grande imóvel. Era preciso criar um marco legal para a Amazônia. O projeto é tanto para terras urbanas como rurais. Na Amazônia 172

idades têm sua totalidade dentro de terras federais. A simplificação auxilia a doação simplificada das terras (áreas urbanas) da União para o município.

Na área rural: as mudanças legais virão com o processo de mudança da regularização fundiária. Espera-se regularizar cerca de 283 mil pequenas propriedades com área de até um módulo fiscal (média de 76 ha, na Amazônia). Algumas questões ambientais foram polêmicas, mantidos o aproveitamento racional da área titulada, a obrigatoriedade de manter a reserva legal, e a utilização adequada dos recursos naturais. Haverá 10 anos para cláusulas resolutivas. Marcos legais da nova fórmula: até quatro módulos : dispensa de vistoria prévia, regularização gratuita; até quatro módulos: preço diferenciado, morada habitual, ocupação direta, inalienabilidade no prazo de 10 anos; acima de 4 módulos, preço de mercado; acima de 15 módulos, licitação. Todo será feito em um prazo de 60 dias.

Muriel Saragoussi - Assessora do Centro Terramérica de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e Defesa do Meio Ambiente

Extratativismo – Um uso econômico da Reserva Legal

A reserva legal é um espaço para ser usado para manejo comunitário, não uma área intocável. O extrativismo sustentável é uma atividade de coleta dos produtos da biodiversidade realizada sob regime de manejo, como instrumento de gestão ambiental sustentável. Os produtos são espécies nativas e não dependem da intervenção humana no seu processo de manutenção e reprodução, ou seja, não envolvem o processo de cultivo, criação ou domesticação.

O agroextrativismo é a atividade de coleta de produtos da biodiversidade associada ao cultivo, criação e beneficiamento sob regime de manejo como instrumento de gestão ambiental sustentável, imersas num ambiente social dominado por uma cultura singular, ou seja, não basta presença de diversidade biológica. As atividades são complementares em um sistema complexo que incorpora as dimensões sociais, políticas, econômicas, política e cultural. O agroextrativismo só faz sentido dentro de uma comunidade de agricultura familiar. Ela não faz sentido em grandes produções, que tem o mercado como foco. A cadeia produtiva é um sistema constituído de atores inter-relacionados e pela sucessão de processos de interação.

Os produtos da biodiversidade são bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade. Essa geração só será possível com um grupo social comprometido e organizado para que tenham interesse em sua efetivação. Não há floresta sem povos e comunidades tradicionais. Hoje são 8 milhões de brasileiros que cuidam de 25% do território nacional. São grupos que se reconhecem como tal, que possuem formas de organização social próprias como condição de sua reprodução cultural, política, social.

Existem duas ações governamentais complementares que apóiam o extrativismo sustentável: a agenda social associada à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais e o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

Dados do extrativismo vegetal: são poucos e dependem da declaração da venda dos produtos (forma que o IBGE adota). Os números são subdimensionados, pois a comercialização dos produtos no mercado se dá fora dos parâmetros. Se tomarmos como base a produção primária florestal (10,3 bilhões/ano), só 0,48% são de produtos não madeireiros. Destes, apenas 6 produtos respondem por 90% da produção (babaçu, piaçava, açaí, erva-mate, carnaúba e castanha-do-Brasil).

Necessidades identificadas: fomento à produção – organizando a produção e os extrativistas, no território e nas políticas públicas, identificando sua localização e valorizando sua cultura; elaboração de planos de manejo e de negócios, de modo a ofertar ao mercado produtos com garantia de qualidade; ações na área de assessoramento técnico e social, fomento e crédito apropriado, capacitação de formação, promoção comercial, infra-estrutura.

Outras necessidades: colocar os produtos no mercado e divulgá-los, porque a população não conhece os produtos da biodiversidade, despertar o interesse da indústria; estruturar a cadeia produtiva, reforçar o papel do Estado como agente de apoio.

PGPM para produtos extrativistas não alimentares: deve-se fixar preços mínimos que equivalham ao custo de produção para que o produtor não tenha prejuízo. A forma de operação deve ser por meio de subvenção. Atualmente, a falta de documentos causa prejuízo aos extrativistas para acesso ao PRONAF. Em geral eles não os têm. Precisa-se discutir o conjunto da propriedade e a reserva legal como alavanca de produção e sustentabilidade; precisa-se fortalecer a organização social, agregar valor à produção, e estabelecer novos parâmetros de comparação da agricultura familiar com as grandes monoculturas.

Marina Silva (Senadora PT/AC):

Ressalta-se a importância do encontro e dos olhares políticos diversos para dimensionar o que está em jogo na crise ambiental e na crise econômica que estamos vivenciando. O que pensamos e vivemos se expressa em lugares, como atos, gestos e sintomas. A crise que estamos vivendo é resultado de uma visão do mundo na qual temos a pretensão de saber o que é melhor para nós.

Precisamos pensar o Brasil em sua totalidade para sair do modelo predatório. O século passado nos trouxe a grande luta pela democracia, com conquistas importantes. Temos hoje ferramentas para questionar o processo democrático. Hoje o desafio é sair do romantismo e pensar nosso processo civilizatório sem desconstituir o que já foi conquistado. A renda básica da política e da militância social é a construção dentro da divergência para a governabilidade socioambiental, para coisas longas, duradouras, assim como foram as brigas humanistas. Este século é marcado pela luta pela política sustentável em todos os setores, pela militância civilizatória. Quem não estiver nesse caminho estará na contramão da História. Hoje já estamos ultrapassando em 30% a capacidade de suporte do planeta. O título de seminário deveria ser: As florestas NO desenvolvimento sustentável do Brasil, não apenas as florestas e o desenvolvimento.

Sobre as mudanças climáticas, os estudos recentes mostram que 1/3 da superfície da terra já sofre com a desertificação, afetando 1 bilhão de pessoas e 20% da produção de alimentos. No Brasil, quase 1 milhão de km² sofre com desertificação. As populações mais vulneráveis são os mais pobres. 1 bilhão de pessoas no mundo, entre elas 600 milhões de indígenas, dependem de florestas, não só de sobrevivência física, mas cultural e espiritual. A cada ano 3 milhões de há de floresta estão sendo destruídos. Temos uma perda de biodiversidade acentuada que é hoje 1000 vezes pior que 50 anos atrás. Tem meta para redução desta perda na Convenção das Diversidade Biológica, até 2014. O Brasil é responsável por reduzir a perda em 46%, mas os demais países fizeram muito pouco.

Os países desenvolvidos são questionados sobre o passado, os países em desenvolvimento e megadiversos são questionados sobre o presente. A interpelação é ética e só pode nos levar para uma resposta: a de que não queremos fazer o mesmo que eles fizeram. Não temos o direito de fazer igual. Precisamos de uma política para fazer diferente. Infelizmente o caminho parece contrário; estamos discutindo a flexibilização da legislação, subsídio para a indústria automobilística, perdão de dívidas do agronegócio, agilização das obras do PAC, liberação de transgênicos etc.. Os processos de mobilização têm nos conferido algumas vitórias, alguns furos no ovo da ema feito pelo sanhaço. O significado disso é a demonstração de que é possível fazer política pública sem se submeter ao modelo vigente. Mas a opção parece estar nos conduzirmos à destruição. Não é uma visão catastrófica da realidade, é real. Podemos cometer erros desconhecidos, mas não erros conhecidos. Não será de uma hora para outra, mas temos que acreditar que é possível fazer. Uma visão de sustentabilidade ambiental é necessária, uma visão que possa unificar a militância social e civilizatória. O processo tem que ser democrático, inclusivo, transparente, com o acolhimento das diferenças. Atuar no que é fundamental na diversidade.

As metas de redução de emissão de CO2 e de redução de desmatamento devem ser mantidas. Não há que ceder. Mesmo o Brasil assumiu metas na Convenção de clima da ONU, mas agora tem que cumprir, com governança ambiental. Não há como reverter. Se houver destruição das bases legais em tempo de crise econômica, como agora, podemos, ao retomar o ritmo de desenvolvimento, termos criado as bases para a destruição do meio ambiente.

As mudanças na legislação, a flexibilização como está sendo proposta, estão na contramão da História. O Código Florestal pode ser aperfeiçoado, mas não com as bases que estão sendo postas. A aprovação da MP 422 mostrou que o Parlamento não quer regramentos nem limites à atividade econômica. O desenvolvimento sustentável do Brasil exige de nós novas ferramentas e novos mecanismos, do crédito, do fomento. Onde está a Embrapa para a agricultura sustentável e familiar? Também é importante tratar regularização fundiária e ordenamento territorial de forma conjunta.

É preciso qualificar e construir um outro significado para as relações e as políticas públicas. O país não pode mais apostar na energia nuclear, porque isso não é eticamente correto, tem que apostar na energia limpa. Mesmo tendo alto porcentagem de energia impa, de 46%, o Brasil aposta em energia fóssil, termoelétrica s e energia nuclear no Plano decenal de Expansão de Energia, o que não é inteligente. Os movimentos ambiental e agrário precisam trabalhar unidos na construção de propostas com bases sustentáveis para o país.

DEBATE

Raul Telles (ISA) – Se refere ao chamamento da regularização fundiária da Amazônia pelo MDA. O ISA entende que só faz sentido pensar nisso se for pensado no que se quer fazer na Amazônia, qual a destinação que se quer dar, que uso se quer fazer. Há uma idéia de público e privado que separa a política dos ministérios (MMA – com as florestas sendo mantidas públicas - e MDA – com a regularização das terras, ou seja, sua privatização). As estratégias são controversas?

Temístocles: O que mais unifica os movimentos presentes? O resultado da oficina pode ser um documento unificador. Os programas citados pela Muriel que não foram implementadas devem ser objeto de pauta dos movimentos sociais. O que pode ser nossa renda básica comum, visão comum? Sugere elaborar Carta de Luziânia com as principais propostas da Oficina.

Maria (MPA): As falas demonstram que o Estado é o maior responsável pelo desmatamento e pelo desenvolvimento em um modelo não sustentável. Esse ensaio de agenda comum é importante. As entidades ambientalistas atuam muito dentro do MMA apenas, mas política para agricultura familiar é feita no MDA, e os movimentos do campo atuam muito no MDA e pouco no MMA. O movimento de pequenos agricultores não pode ser separado da agenda ambiental. Como construir incidência comum dentro dos espaços públicos, em parceria com os ministérios, estabelecendo uma política mais agressiva no sentido de dar passos no sentido de fortalecer a agricultura familiar. Há oposição entre política de produção agrícola e MMA. Não há ambientalistas no MDA. O problema principal dos movimentos campos é o que já foi derrubado, não como manter o que temos.

Pedro Ivo: A construção dos processos comuns entre os movimentos agrários e ambientais é importante para não fragmentar a luta. Este Seminário é fruto de articulação que fizemos para fazer frente à pressão dos ruralistas. Trata-se de um momento reativo, temos que avançar e ter algo propositivo comum. Ainda temos pouca plataforma unificada, mas na verdade tem muito em comum, um depende do outro, agricultura familiar do meio ambiente, e preservação do meio ambiente das comunidades. A proposta de regularização fundiária e a revisão do código florestal. Vamos fazer regularização fundiária mexendo na legislação ambiental? A correlação de forças para mexer no Código Florestal é extremamente desfavorável. Em ano eleitoral, muitos acordos serão feitos. Como podemos melhorar o Código Florestal sem acabar com o que tem de bom?

Tasso Azevedo – Hoje existem duas correntes do debate sobre regularização fundiária: a que envolve o ordenamento territorial – as pessoas olhando a regularização fundiária como mais um instrumento

como o SNUC e o ZEE - e uma mais “urgente”. Todo o processo que está sendo colocado é anterior a 2004, antes da Lei de Gestão de Florestas Públicas. Há a proposta de exclusão das florestas públicas do plano geral. Uma área que é só floresta não será objeto de regularização fundiária. O MMA quer colocar bordas. As propostas do MMA para o projeto são dadas nesse parâmetro. Outra grande discussão é pagamento por serviços ambientais, uma abordagem é bem acadêmica, definir exatamente quanto para qual serviço etc, e outra é mais prática, baseada um pouco na idéia do Bolsa-Família, define algum valor e começa a implementar. Precisamos zerar a perda da cobertura florestal até 2015, conforme meta do Plano Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC), então precisamos ter uma Política Nacional de Florestas até lá, sistema de compensação, com sistema de governança, pois hoje é caótico, não é apenas discussão sobre Código Florestal. Existe disputa no Governo, com idéia de criação de agência fora do INCRA para fazer a regularização fundiária.

Marco Pavarino – Há a necessidade de construção de pontos comuns. O debate sobre Código Florestal demonstra as divergências entre os órgãos de governo: MMA, MDA, MAPA e, sobretudo, entre os movimentos sociais e entre estes e os órgãos mais ligados ao governo. O MDA tem feito debates dentro de um grupo informal que chamou de Grupo de Estudo de Agroecologia – GEA, para avançar nas políticas públicas. Nos debates, o MDA é parceiro. É preciso discutir todos os pontos de manejo, de política ambiental. A regularização fundiária que está sendo proposta não é algo isolada do mundo, ela parte de demanda dos próprios movimentos sociais nas bases. Não se trata de isolar o ZEE; ele será respeitado onde já existe.

Shirley – Haverá discussão entre MMA, MDA e SAE sobre tema. Cada gleba que for para regularização passa pelo comitê executivo que inclui todos os ministérios das áreas correlatas. Devemos privilegiar os municípios que estão dentro do arco de fogo para regularização fundiária. Planejamento começou na BR 163. Não há nenhuma mudança na legislação ambiental dentro da regularização fundiária. A bancada ruralista não vai querer os 10 anos de cláusula resolutive. Os tensionamentos existirão. Os zoneamentos ecológicos econômicos (ZEE) que só existem em 3 Estados serão respeitados. Os processos serão construídos. A regularização fundiária não é feita na lógica das grandes propriedades, mas das pequenas. A lógica dentro do MDA é de construção junto com os movimentos sociais.

Marina Silva – Para o movimento social é muito importante reconhecer algumas conquistas que são do movimento. Em 2003 eram 2 bilhões destinados para a reforma agrária, hoje são quase 5 bilhões. Tínhamos 8 bilhões para a política social, hoje são 28 bilhões. Se não formos capazes de reconhecer que existem parceiros dentro do governo, não poderemos avançar mais. Não se pode esquecer das críticas, mas é importante reconhecer os avanços. A roda do Estado permite que ele trabalhe a favor de um vento ou outro. Nas comunidades tradicionais depois de 30 anos com 5 milhões de reservas extrativistas, elas foram dobradas em 5 anos. É preciso reconhecer as conquistas, haver um empoderamento e uma apropriação dessa conquista. A Lei de Gestão de Florestas Públicas também é conquista. Não há nenhuma confiança em relação ao Congresso Nacional. Está muito ruim correlação de forças e pressão para flexibilização da legislação ambiental. É engrandecedor receber sempre as cobranças do movimento social para continuar crescendo.

Segunda Mesa – O papel das florestas no desenvolvimento sustentável do Brasil

Luiz (MST): Resgate do histórico do processo

Maio de 2008 – Via Campesina, ISA e Greenpeace formaram parceria inicial contra ataques do agronegócio, unificação da luta entorno da MP da grilagem, PL faixas de fronteira, código florestal, era na véspera da III CNMA, e foram levadas discussão para Senado e Câmara. No final do ano, movimentos levaram carta para Lula de comum acordo, entre os pontos constaram o Não ao retrocesso da legislação do código florestal. Ao mesmo tempo houve propostas para simplificação da regularização ambiental, com proposta da SAE e foi feito contato com Minc. Ficou claro que temos que ter ação clara direta em vez de sempre reagir. Em seguida foram organizadas reuniões com CNS, Via Campesina, GTA, FBOMS, CIMI, CNASI, ABRA e outras entidades, depois reunião com a

Senadora Marina Silva (participaram WWF, ISPN, ISA, Rejuma, etc). Foi criado o GT que elaborou o manifesto, que foi lançado no FSM 2009 em Belém e que pode ser assinado online no site do FBOMS. www.fboms.org.br O próximo passo é ato político no Congresso no começo de marco.

Paulo Kageyama – Professor da ESALQ:

As APPs e as reservas legais são áreas nevrálgicas para o desenvolvimento sustentável no Brasil. A biodiversidade impacta positivamente a produção. O próprio agronegócio já fez o teste de que reserva nativa protege a produção. Há tecnologia disponível para reposição florestal com espécies nativas, em 20 anos. Alternativas para a agricultura familiar: não copiar os modelos do agronegócio; é preciso mudar o sistema de produção, que é exatamente igual ao do agronegócio, com muito mais dificuldades, pois se perde economia de escala e não se detém influência política. A agricultura familiar pode se beneficiar de outro modelo. A agricultura familiar é responsável por mais de 60% da produção rural no Brasil. É preciso usar as APPs e a reserva legal, que é plenamente utilizável e manejável. Só não pode ser feito com corte raso. A agricultura familiar pode utilizar a reserva legal e as APPs.

Um novo sistema de produção não é monocultivo. A agrodiversidade é que faz a diferença. Incorporar a tecnologia nas comunidades organizadas de agricultura familiar é o mote para uma nova forma de pensar. Não é um modelo retrógrado, permite um sistema com sistemas complexos adequados à agricultura familiar. A vantagem da agricultura familiar está na biodiversidade como ferramenta, na aversão ao monocultivo e seus agrotóxicos, vantagem que se manifesta principalmente nas comunidades organizadas que praticam o uso intensivo de mão-de-obra. A produtividade da agricultura convencional é maior, mas os custos também, então a receita líquida dos SAFs (sistemas agroflorestais) é maior e resulta em produção sadia, sem danificar o meio ambiente.

O Brasil é um dos países mais atrasados em relação a isso porque, apesar de ter exemplos, não consegue mudar a fórmula convencional. A biodiversidade é a mola que importa para uma plantação sem pragas. Há estudos para que a agricultura familiar avance.

DEBATE:

- Raul: O resultado do encontro da CONTAG é sinal de alerta, próximo ao que pretende o agronegócio. Há problemas na lei e problemas de concepção. A alteração do Código Florestal é uma necessidade, pois algumas coisas não se aplicam, nem o grande fazendeiro nem o pequeno proprietário consegue aplicar o Código. Assim, a lei não é cumprida. Aproveitar o momento para debater o Código Florestal e as possibilidades de modificação. Elencar pontos para proposta. Precisa ter conversa maior entre ambientalistas e movimentos do campo, temos que unificar, pois temos mais que unifica que afasta, discutimos modelo de país.

- Maria: Importante este debate sobre o Código Florestal, os riscos da flexibilização, as APPs e a reserva legal. Esse é um problema que, para os movimentos sociais agrários, é nevrálgico. A ausência da CONTAG decorre de uma opção em debater em separado o tema. A CONTAG participou da discussão até a elaboração da pauta dos 13 pontos. Depois, se retirou.

- Pedro Ivo: Foi feito contato com a CONTAG. Está em processo eleitoral, ainda tem encontro de trabalhadores esta semana, por isso não veio.

- Sérgio: É importante ter claro que o contexto geral em que está posto o debate das alterações ao Código Florestal é capitaneado pelo agronegócio, um conjunto de mecanismos que implica em disputa de território, com redução da RL, bloqueio da Reserva Raposa Serra do Sol. A proposta de 80 para 50% na RL não é nem a coisa mais seria, mas tem espécies exóticas, dendê na Amazônia, o que é novo é a dimensão ambiental. Não podemos cair no conto de que a disputa pelo território já está resolvida. A mídia coloca que a disputa está resolvida. A questão da compensação com o dendê na Amazônia, por exemplo. A capacidade de construir uma pauta comum é um desafio e pode ser

importante. Os movimentos sociais agrários sempre tiveram dificuldade de colocar a dimensão ambiental e elaborar politicamente. Como replicar a experiência de agrofloresta do vale do Ribeira em áreas maiores?

- Carlos Vicente: Qual o desafio de uma política pública para que haja um salto no uso dos sistemas agroflorestais?

- Pedro Batista: A construção de uma unidade que é necessária. É preciso pensar quem são os atores que precisam ser ouvidos na elaboração de propostas públicas. Quem é a comunidade rural na Europa? Quem é a comunidade rural no Brasil? Incluir a questão do trabalho escravo no debate. Existe grande preocupação com o Código Florestal – melhor não mexer para não correr o risco de piorar. Há uma mistificação em torno da reserva legal, como se fosse uma área intocável. Não pode fazer corte raso, o que não significa não fazer produção sustentável. Em se tratando de código, de leis ambientais, fica um buraco sobre os danos ambientais, sua reposição. As desapropriações feitas pelo INCRA continuam não punindo o descumprimento das regras ambientais. Por que não se avança nos processos ecológicos e se massificam os manejos agroflorestais? Também devemos adequar as alternativas, para que o agricultor possa se reproduzir de forma sustentável, permitir a recuperação de áreas degradadas, por exemplo, com o uso da mamona na Bahia.

- Luiz: Não há uma intenção de construir uma plataforma única de movimentos sociais em uma perspectiva mais aprofundada de país neste espaço. O que acontece é que precisamos construir pautas conjuntas em cima de conjunturas específicas. No momento é o debate do Código Florestal que está posto. E não só o debate sobre a Amazônia que está posto, mas em todo o Brasil. No caso da reforma agrária, o licenciamento ambiental que nos obriga a cumprir isso. A visão tem que ser pragmática no sentido de discutir a realidade concreta. A reserva legal de 80% não é cumprida pelos grandes agricultores, por isso os pequenos sentem-se injustiçados por terem que cumpri-la. Ao mesmo tempo, faltam políticas públicas para defender e sustentar isso.

- Paulo Kageyama: A biodiversidade é a chave para tudo, só a agricultura familiar trabalha com isso. Não sabemos, por exemplo, quantas variedades de milho crioulo temos aqui no Brasil, e qual é o potencial de ser contaminado pelos transgênicos. Estamos fazendo este levantamento. Quem deve mostrar para Governo as dificuldades é movimento social e pesquisadores. A multiplicação do modelo é bem mais viável, pois o equilíbrio ambiental em uma propriedade é garantido pelo equilíbrio nas propriedades vizinhas. Um assentamento bem organizado é revolucionário. O grande desafio é a construção de políticas públicas. O CIMA é uma política pública acertada. E funciona.

- Carlos Vicente: No Acre, a produtividade de “ilhas” em sistemas agroflorestais foi muito expressiva, mas esse sistema encontra forte preconceito da comunidade.

- Frei Sérgio: O CIMA é um projeto que funciona. Mudar o Código Florestal só se for por decreto. Edital para atividade ambiental não é aprovado. Os que são aprovados não conseguem se transformar em política pública. O pequeno agricultor tem a concepção de que o meio ambiente é contra ele, por isso ele é contra o meio ambiente. Alguns ambientalistas são muito distantes dos movimentos do campo (MPA), muitos são de um preservacionismo radical. Os agricultores foram estimulados a desmatar, e agora a conversa é que tem que preservar. Como podem sobreviver com 4 há dos 20 que tem? O PRONAF Florestal foi única política pública que enfrentou isso. Os agricultores não vão fazer resistência a isso, mas não há base de debate ainda. Aproximar nossas concepções para não correr o risco de que a base vá para o lado do agronegócio. O MMA está muito distante dos movimentos de agricultura sustentável. Promove-se o uso irracional do solo, por exemplo, com um rebanho nacional de mais de 200 milhões de cabeças de gado, o que é um exagero. A forma policialesca de resolver os problemas tem sido um desastre, por exemplo, no episódio de repressão ao corte de uma árvore nativa (angico), que o vento derrubou em certa pequena propriedade.

- Pedro Ivo: Devemos discutir a agenda como um todo e as dificuldades, tentando o máximo de representação possível. É possível construir um modelo produtivo com respeito ao meio ambiente.

Mudar o Código Florestal será para pior. Não é viável pensar em alterações que não comprometam os ganhos. Nós temos possibilidades de construir uma agenda comum, ampliando o leque de entidades representativas participantes. A reforma agrária sumiu da agenda nacional, que é dominada pela política agrícola. Vende-se a idéia de intocabilidade das APPs e reservas legais. Porque não conseguimos casar a luta pela reforma agrária com a preservação ambiental? Precisamos de algumas reivindicações comuns. Temos que construir a nossa própria agenda, sem ser apenas reativo a agenda do governo e do agronegócio. Hoje os ambientalistas tem muita agenda SOCIOambiental, avançou neste sentido.

- Rosângela: A alteração do código florestal faz parte do projeto global do capital para consolidar o modelo agroexportador. As ações do Estado (seus órgãos executivos) muitas vezes desqualifica a política pública. O projeto é de disputa. Resgatar e dar visibilidade à cultura crioula como única saída.

- Maria: Há uma pressão da base para alteração do Código. Como dirigente o que orienta é uma ética do humano. Há uma necessidade de consolidar e fortalecer a aliança de organização, reaglutinar e reorganizar; de criação e aperfeiçoamento de mecanismos. A mudança da legislação pode ser feita em bases estruturais. A visão dos pequenos agricultores é limitada, não é ampla. Isso precisa ser construído para os agricultores, que possuem um conceito produtivista e terminativo. O problema é o bioma Amazônia. Eles querem consolidar as áreas de 2007 para trás. O terrorismo é feito pela bancada ruralista e pelos órgãos ambientais. Quem vai pagar as contas dos termos de ajustamento de conduta? Proposta de solicitar uma audiência com o governo.

- Muriel: Temos que pensar que modelo de produção que queremos. Que tipo de poder queremos? Quais são os modelos de produção? Que queremos produzir? Qual diferença entre agricultor pequeno que produz soja e o grande que produz soja transgênica? É preciso radicalizar no início do processo de negociação, senão eles radicalizam no final. Não há processos de boa vontade que dêem conta do projeto. É preciso impor as propostas. Código Florestal com reforma agrária. Mudar o paradigma, mudar os conceitos.

- José Maurício: É preciso ter estratégia de atração do pequeno produtor. O pequeno produtor não sabe que pode usar a reserva legal na forma de manejo. Esclarecer para o pequeno produtor a legislação e o conceito de manejo “agroflorestal”. Pode-se flexibilizar a legislação para permitir que seja isenta a micropropriedade de manter reserva legal, ou permitir que a reserva seja usada com culturas anuais, em regime de consórcio com a floresta.

- Ivan: O Estado não tem amigos. Deve-se focar as propostas no núcleo duro do governo, que é a Casa Civil e o Presidente Lula. Temos que invadir o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social . O Minc em 6 meses não pode desmontar o que a Marina tem construído em 5 anos e meio.

Terceira Mesa – Regularização fundiária

Coordenação: MPA e Gabinete Marina Silva

Sérgio Sauer, sociólogo da UNB:

Reconhece a importância da iniciativa dessa reunião e a dinâmica dos movimentos.

Regularização fundiária: Proposta polêmica, tudo está dentro do processo de construção no governo, haja vista a derrota da posição do Ministro Unger para o MDA. O que Brasil não fez em 150 anos, deverá fazer agora em 3. São duas MPs, a primeira trata da transferência de terras públicas para estados, mas mantendo elas públicas, e a outra é regularização de propriedades e terras rurais. Outra dimensão é contra grilagem de terras como mecanismo de apropriação.

A regularização das terras na Amazônia é uma luta de posseiros, que era o grande embate até a década de 70. A luta pela posse da terra que viria mais tarde associa-se à luta contra a grilagem de forma mais

ampla. É quando a Reforma Agrária entra na pauta como centro. A burocracia é empecilho para a reforma agrária.

Duas grandes dificuldades aparecem na mídia: é preciso regularizar as terras para encontrar soluções para o desmatamento. Não se entende de onde vem essa premissa. O outro que parte da SAE é a de que precisa haver segurança jurídica para o avanço do capital. Outro argumento é que a regularização deveria impulsionar a arrecadação de terras para a reforma agrária. A única intervenção que garante a aplicação dos critérios legais é a vistoria. Se o critério deixa de existir, pode haver o fracionamento das terras para beneficiar grileiros.

A proposta é a seguinte:

Até 100 há regularização sem vistoria previa, apenas com georreferenciamento, haverá simples doação, sem vistoria, em 60 dias, para 10 anos de posse e depois doação

Até 400 há critério flexível, com valor simbólica

De 400 a 1500 há (15 módulos) venda por valor de mercado, preferência para posseiro

Acima de 1500 há, venda por licitação

Acima de 2500 há retomado pelo estado sem discussão

Significa mudar a legislação: a MP mudará 9 leis diferentes, por exemplo Lei de Terras Devolutas. A correlação de forças não permitirá o avanço. Tem também um problema operacional: a criação de uma secretaria sucateará o INCRA. Tem idéia de transferir 320 funcionários do INCRA para esta nova agência, como deslocar este pessoal? Quem entende de georreferenciamento é o pessoal dos Estados. Se há um deslocamento, a reforma agrária estará ainda mais prejudicada. Faltam técnicos. Tem que enxergar a discussão em contexto mais amplo de expansão do agronegócio, Raposa Serra do Sol etc.

José Parente (Confederação Nacional dos Servidores do INCRA):

A proposta do Mangabeira Unger, da SAE, é totalmente descolada do programa de reforma agrária, o qual na realidade já foi, há mais tempo, abandonado pelo Governo. O MDA ganhou a disputa com a SAE em termos de manutenção de espaço, contudo, a essência da proposta da regularização fundiária, contrariando o princípio constitucional da função social da propriedade da terra que continua descolada da reforma agrária como um todo. A regularização fundiária é intervenção complementar, senão a terra se torna uma simples mercadoria. Há uma tentativa de resistência para impedir que os retrocessos se aprofundem. Está se facilitando a legalização do ilegalizável, as grandes ocupações. Estamos sendo pelo menos reativos. As modalidades da posse além das comunidades tradicionais são inconstitucionais. A MP 422 é inconstitucional, a Lei de Gestão de Florestas Públicas é inconstitucional. O governo Lula fez opção pelo agronegócio. Se incluiu setores geralmente excluídos, investe ainda mais nos setores dominantes.

O IBGE ainda não publicou ultimo censo, mas haverá surpresa sobre contribuição do agronegócio no PIB agrário, número é a favor da agricultura familiar. Os dados das ocupações são muito preocupantes, 547mil imóveis em 187 mio de há, grande quantidade de terras devolutas. Dos 547mil 85% se encontram em até 400ha que é a pequena propriedade, e são 54mil imóveis de médio propriedade entre 400 a 1000 há. Lula tem desapropriado menos que FHC no mesmo período. A reforma agrária tem que ser vista com tripé terra – homem -meio ambiente. **Temos que cobrar do governo a divulgação de dados até então não divulgados da pesquisa do IBGE que favorecem a agricultura familiar.**

Rubens Gomes – Presidente GTA/Coordenação do FBOMS:

O GTA e CNS foram chamadas para o debate com o ministro Mangabeira Unger. Surpresa era instituição normativa. Nos anos 90 o GTA começou se envolver no manejo florestal, para garantir direitos das populações, também discutiu certificação para setor que era totalmente bandido, com regras e controle social através do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal, para promover a produção sustentável na Amazônia. O dismantelo que vem sendo proposto pode jogar tudo por água abaixo. Apostaram na Lei de Gestão de Florestas Públicas, na perspectiva de fazer com que o Estado

percebesse que era possível fazer uma regulação. 70% das florestas públicas já são cadastradas para uso comunitário. O coletivo de entidades apresentou uma lista de princípios para participar do debate para a alteração na regularização fundiária. Ficaram sabendo que o governo optou pelo MDA em um processo rápido.

A regularização fundiária deve pautar-se pelos seguintes princípios:

- incorporar terras devolutas
- reconhecer direitos territoriais coletivos
- aplicar planos de ordenamento territorial (ZEE)
- eliminar subsídios
- aplicar objetivos da Lei de Gestão de Florestas Públicas
- diminuir o desmatamento
- controle social, facilitando regularização
- priorizar a titulação coletiva das terras das comunidades tradicionais, índios, quilombolas
- ser instrumento de ordenação territorial e, como tal, obedecer aos zoneamentos
- evitar a concentração de terras
- punir grileiros e ocupantes de má-fé;
- transparência, participação popular, inclusive com prazo para contestações públicas.

Outras condições exigidas na Carta:

- Criação de um comitê com as entidades dos movimentos sociais para acompanhar os processos
- Garantia de participação na discussão do processo
- Transparência e acesso a informação
- Criar comitê de acompanhamento
- Ter prazos para contestação

Graça (FETRAF- BSB):

O MDA apresentou a proposta em uma reunião com a FETRAF. Argumentou que estava dado pelo Mangabeira Unger uma proposta e a posição do Ministério era de reação. Houve uma avaliação que o movimento estava ausente do debate, houve um esfriamento da luta. Devemos apontar caminhos para refrear a ação de regularização apressada e aproveitar a oportunidade para resgatar a reforma agrária.

DEBATE:

Muriel: A questão da regularização fundiária na Amazônia tem que ser resolvida, desde que com parâmetros e salvaguardas. Até 400 há é razoável. Acima disso e até 1.500 há só com diversos critérios e de acordo com a lei de gestão de florestas públicas. Acima de 1500 há é grilagem. A proposta deve ser acompanhada de diversos condicionantes. Vale a pena utilizar a experiência na BR-163 como piloto.

Carlos Vicente: Nenhum governo teve tanta coragem de propor coisas absurdas pra Amazônia como o regime extraordinário do licenciamento das obras do PAC para a Amazônia, o chamado “licenciamento por decurso de prazo”, se a licença não for concedida em 4 meses. Foi feita nota do FBOMS sobre isso, criticando este prazo e o fato de que as considerações sociais devem ficar fora do licenciamento. Não há separação do joio do trigo, de posses legítimas da grilagem. A regularização fundiária na Amazônia é uma demanda legítima das comunidades amazônicas, mas ela não pode ser feita na forma que o Mangabeira Unger apresenta. As preocupações foram colocadas para o MDA mas não encontrou acolhida. É hora da sociedade colocar isso para o MDA, os movimentos sociais devem se impor no debate para garantir as ZEEs.

Maria: É preciso dizer que houve ganho político na vinda da regularização fundiária para o MDA. Não há espaço para debate com a SAE, com o MDA há. Nos dias 03 e 04 no Congresso – um ato político que mostre os pontos de divergência.

Temístocles: Devemos fazer um documento com cinco pontos propostos pelo Rubens para enviar ao Lula com assinatura de todas as entidades pedindo audiência. Pedir ajuda aos ministros do MMA e do MDA

Sérgio: Devemos reconhecer que a regularização fundiária é fundamental. O debate contraditório entre legislação ambiental e reforma agrária é um descompasso. O resgate do passivo ambiental não é critério prévio para a regularização, e fica para ser resolvido por meio de termo de ajuste de conduta – TAC.

Parente: A vinda da regularização da SAE para o MDA possibilita a abertura de diálogo. Deve-se resgatar a essência do que representa regularização fundiária. O grande mérito do Mangabeira foi recolocar essa questão. Regularização não é sacramentar um processo de ocupação territorial cheio de distorções. Deve-se rejeitar a regularização geral e apressada, e sobrestar a aplicação da MP para ganhar tempo.

11 de fevereiro: Quarta mesa: Agricultura Sustentável

Coordenação: MST e FETRAF

Frei Sérgio (MPA):

O sistema econômico voltado para o lucro é ambientalmente insustentável. É difícil voltar para a diversificação, mas é possível voltar para agricultura ecológica. A transição deve ser feita de forma massiva, não em pequenos grupos. A comercialização orgânica atual cria uma elite técnica, que não admite a entrada de novos produtores, e trabalha com uma elite de consumo, capaz de pagar os altos preços dos orgânicos.

Precisa-se de logística, de reforma agrária, a ser implantada em terras produtivas, que são as que impactam o meio ambiente. É preciso um olhar sistêmico, e não contra esse ou aquele artigo do Código Florestal. Também precisamos aliar a cultura tradicional à moderna. A exploração vegetal e animal, as culturas anuais e permanentes, devem voltar a trabalhar juntas, combinando-se. A grande agricultura só se sustenta com subsídio. Na Europa e nos EUA os subsídios são diretos; aqui, ocorre no perdão das dívidas.

Só a aliança dos ambientalistas com os pequenos produtores pode propiciar o retorno à agricultura ecológica. Porém, o preservacionismo radical não é aceito pelos agricultores, que estão entendendo a questão ambiental de forma muito dura, sabem o que é a seca por exemplo e outras condições ambientais diversas. O agronegócio não quer se adaptar aos ditames ambientais, mas o pequeno agricultor quer.

Paulo Sérgio Peterson (AS-PTA, Associação Nacional de Agroecologia):

Sem este tipo de aliança entre movimentos ambientalistas e movimentos do campo será impossível ter alguma incidência para alterar políticas.

1 - Situação socioambiental da agricultura

Degradação ambiental e exclusão social são dois lados da mesma moeda. O neoliberalismo aprofunda o modelo colonial agroexportador. Agricultura sustentável precisa de sociedade sustentável. Não há solução para sociedades contemporâneas sem uma profunda “recampesinação”. Não existe uma agricultura sustentável sem sociedade sustentável.

O campesinato surgiu ao margem do latifúndio, e foi sempre marginalizado do ponto de vista ideológico e financeiro. Sempre lutou pela sua permanência, tentando construir a sua autonomia e suas

estratégias. Sempre se fala que agricultura familiar camponesa iria desaparecer, mas ela está aí funcionando com outra lógica não capitalista.

A grande crise civilizatória ambiental, climática, ética, alimentar e energética tem origem comum baseado no capitalismo. Como mudou muito nas últimas décadas então as estratégias do campesinato também mudaram. A economia camponesa é uma economia de troca em primeiro lugar com a natureza, e existe reciprocidade social (troca de conhecimento, de insumo, de trabalho e de produto), com solidariedade. São elementos totalmente fora do mercado, sem estes valores a agricultura familiar já teria desaparecido.

A modernização dos anos 50/60 foi um golpe no campesinato. Enquanto o mundo, inclusive capitalista, estava fazendo reforma agrária, o grande projeto aqui foi a salvação do latifúndio reprodutor da exclusão social, permitiu a expansão do agronegócio. A modernização foi feita pelo Estado, pelos subsídios, técnicas, baseada em várias políticas, inclusive de repressão policial contra o campesinato. A modernização permitiu na verdade o avanço da agricultura em outros ecossistemas como cerrado. Não houve transição e foi um processo muito rápido.

Hoje os mercados estão abertos, não há barreiras, mas sim grandes impérios sem pátrias, que se organizam para viabilizar o lucro. A forma como o capitalismo se organiza hoje está voltado para proteger grandes projetos, não Estados. O império são as grandes corporações, o sistema financeiro, a ciência como grande legitimadora da credibilidade das novas tecnologias. A transgenia e a nanotecnologia são usadas como instrumentos para criar dependência. Os governos nacionais vão flexibilizando leis que permitem a retirada da agricultura camponesa dos seus mecanismos de sobrevivência. As áreas de conflito agrário onde se instalou o agronegócio são também áreas de conflitos ambientais e de luta para direitos à terra e ao território com biodiversidade e conhecimento.

A lógica do controle centralizado, a simplificação de modelos de uso, a massificação de técnicas, de línguas, de costumes, impedem que o ecossistema seja utilizado de forma distinta e específica. Há uma tentativa de padronizar a agricultura e isso implica perda de conhecimento de gestão da natureza, com o fenômeno que se conhece por “erosão cultural”. Desta forma, estamos perdendo conhecimento, principalmente com relação à gestão da natureza, organização social, conhecimento dos camponeses, perda de línguas, o que significa um patrimônio enorme para a humanidade. O conhecimento na agricultura camponesa é livre, feito na experimentação e na vivência.

2 – Políticas públicas atuais

As políticas públicas, ao reorientar a expansão do Brasil como país exportador, criam mecanismos que tentam desqualificar a agricultura camponesa. O PRONAF não é um programa de fortalecimento da agricultura familiar, mas um programa que fortalece o agronegócio, induz dependência tecnológica, corta vínculos com a natureza, reduz variabilidade genética, ao desprezar variedades crioulas. Há uma exigência de empurrar as tecnologias modernas para a agricultura camponesa. É uma idéia que perpassa mentes e adentra no mundo e nas idéias de todos, inclusive de camponeses, que às vezes imagina que não está produzindo “nas técnicas”. A maior beneficiária são as indústrias de defensivos, adubos e maquinário, e os bancos. O “seguro” que salva não os agricultores, mas a lógica capitalista. São políticas que apontam para que a agricultura familiar afaste-se de sua lógica camponesa e aproxime-se da lógica capitalista de exploração.

Assim, o PRONAF enfraquece a agricultura familiar, pois pensa em especialização produtiva e mecanização. Não fortalece o plantio de sementes crioulas, mas pensa em levar as tecnologias mais modernas para a agricultura familiar. A agricultura familiar nunca esteve com tanta inadimplência como agora. Assim, estas políticas afastam a agricultura familiar da lógica do campesinato, empurram ela a operar no sentido empresarial. Mas a conservação da natureza e a diversidade produtiva são cruciais para a agricultura.

A agricultura familiar jamais será capitalista, porque não explora mão-de-obra. Mais importante que

aumentar a produtividade é aumentar o valor agregado. A diversidade produtiva é importante para permitir a conservação da biodiversidade, para o próprio conceito de soberania alimentar, que significa o direito de produzir e consumir o que a cultura local prefere. A grande energia é solar, uma agricultura voltada para o trabalho humano sofisticado, que exige um trabalho artesanal altamente sofisticado, não padronizado. As leis vão “sofisticando” o processo e induzindo o agricultor a afastar-se da agricultura familiar. Assim, de repente ele começa ver política ambiental como inimigo e não aliado.

O programa de compra de alimentos para merenda escolar, com orçamento de 13 milhões de reais por ano, poderia ser um grande impulso para a agricultura familiar, porque permite a aproximação do produtor, permite avançar na agroecologia e na agricultura camponesa. Há uma intenção de transformar a agricultura familiar em uma grande agricultura, invertendo sua lógica. Pensar política para a agricultura familiar é pensar um processo de recampesinação, dentro de uma lógica fora do grau de mecanização. O avanço da fronteira do conhecimento é muito importante, mas tem que ser feito junto à comunidade, em um processo autônomo.

3 – Agricultura familiar e agroecologia

A forma de resistência da agroecologia é dispersa, oculta e sócio-política, exatamente porque é diversificada, mas é uma expressão da luta camponesa; é justamente aquela que não se unifica em práticas, mas sim em princípios. Trata-se das ações do homem camponês no campo. As lutas são relacionadas, por exemplo para sementes crioulas e contra transgênicos. A agricultura camponesa sempre esteve marginalizada, mas gera empregos, conserva culturas, conserva a biodiversidade. Ela pode solucionar os grandes dilemas da população. Avançar na agroecologia e agricultura familiar é muito simples, mas aos ministérios não interessa. O que existe é a proposta de transformar a agricultura familiar em pequenos empresários e em “agronegocinho”.

É preciso repensar o papel do campesinato na sociedade. A questão ambiental não tem solução se não se pensar a categoria social que dará o norte dessa produção. A agroecologia é a possibilidade da produção de conhecimento livre para a conservação ambiental. Agroecologia é, em suma, “a ciência da recampesinação”. A agricultura familiar nunca teve passivo, ela não espera as políticas chegarem para solucionar as suas dificuldades, ela resolve sozinho. A agricultura familiar é muito mais capaz de enfrentar o problema de mudanças climáticas, ela pode baixar as emissões e também tem como se adaptar às mudanças climáticas. A agroecologia é a ciência do conhecimento livre.

DEBATE

Carlos Siqueira: Temos histórico de participação popular, houve avanço com a constituição, temos canais de participação que não podemos ignorar, como colegiados gestores. Conseguimos desconcentrar a participação. Temos que fazer reforma do Estado, com políticas públicas que queremos.

Ivan: Enfrentamos estruturas arcaicas e antigas. Mas as estruturas por si não falam, quem ocupa são as pessoas, que são viciadas. Chegamos a um caos civilizatório que herdamos do passado. O Governo Federal pratica a exclusão social e fere seu lema “um Brasil para todos”. Qual o nosso projeto de nação?

Avelar: Em 1972, na Conferência de Estocolmo, já se chegava a idéia de que o modelo atual de desenvolvimento faliu. Ressalta a importância de manter um fórum permanente de discussão, cuja base seria o comitê de bacias hidrográficas, pois é a melhor unidade de planejamento.

Pedro Batista: Existe a proposta que agrofloresta seja considerada Reserva Legal. Isto poderia criar condições para exploração predatória ou para que o latifúndio entrar? Ressalta a importância de quantificar e divulgar o papel da reforma agrária na redução da violência urbana. Teve milhares de assassinatos no campo e os mandantes nunca são julgados.

Luis: A mudança de paradigma e de mentalidades dos dois lados, da agricultura e gestão ambiental, não pode ser uma questão pontual, que adentre o Código Florestal e outros pontos específicos, mas uma tomada de consciência geral, que visualize a agricultura familiar como fundamental para a agroecologia. Não existe agronegócio que cumpra a questão ambiental como princípio, somente pontualmente. A preservação ambiental só é possível com a agricultura camponesa, com reforma agrária. A reserva legal exclui o componente florestal de dentro das áreas não reservadas, destinadas à produção comum. Tem a mídia fazendo seu papel, como o Globo Rural consolidando o modelo “desejado”, anossa aliança deve dar um salto qualitativa. Não podemos defender o agronegócio com soja transgênica. Não há correlação de forças para mudar o Código Florestal de forma adequada.

Pedro Ivo: Ressalta a importância de resgatar a aliança campo cidade. Tem dois projetos interessantes pela prefeitura de Fortaleza. Um é a criação da Liga de Consumidores Conscientes para promover compra em mercados diferentes e apoiar mercado da agricultura familiar e produtos ecológicos, como contraponto ao mercado oficial. O outro projeto é de agricultura urbana que ninguém quer discutir, mas em alguns países é um assunto forte, por exemplo, em Cuba. A juventude está muito preocupada com a questão do consumo consciente.

Temístocles: Com relação ao IBAMA, o FBOMS defendeu a proposta de eliminar sobreamento e sobreposições. O PRONAF pode melhorar. As nossas entidades devem desdobrar a ação política baseada nas falas deste evento. O Congresso Nacional é uma tragédia, mas vamos usar bons exemplos. O PL da Biossegurança foi inicialmente uma boa proposta, mas na Câmara foi desconfigurado. O Lula tem 84% de aprovação da sociedade, então vamos tentar mudar a opinião dele, ele pode ser o mais aliado nosso neste Planalto. Também devemos mudar a partir de discussões na base, nos Estados e municípios. O Ministro Minc não deve apenas financiar as ONGs, mas o CIMA.

Márcio: Questiona-se a desapropriação de terras produtivas. A microbacia é a unidade de planejamento rural. Foi complicado o MDA chegar nos Estados, como por exemplo Bahia, e criar as meso-regiões, enfraqueceu o homem e a agricultura.

Maria: O pensamento comum e o tratamento igual das populações camponesas e o do agronegócio é um equívoco no debate e joga as comunidades contra a legislação ambiental. Questiona o conceito da floresta perturbada e floresta não-perturbada que foi usado ontem. Tem que explicar perturbada por quem? Os pesquisadores devem ter cuidado com isso, com respeito às comunidades tradicionais. Outro mito é que onde há conservação da natureza é onde há populações tradicionais. Isto não ocorre porque é bonito ou está na lei, mas porque é uma estratégia de sobrevivência, é por necessidade. Algumas entidades ambientalistas e pesquisadores querem levar a visão empresarial para os pequenos agricultores. É difícil discutir reforma agrária sem o meio ambiente, pois não há preservação ambiental na monocultura. O MMA não é importante na discussão da reforma agrária, e o MDA não considera os ambientalistas importantes.

Paulo Peterson: O discurso que tenta unificar os dois modelos legitima perante a sociedade a lógica do agronegócio. Fala-se muito da coexistência de dois modelos possíveis, como transgênicos e agroecologia, transposição e cisternas, agricultura familiar e agronegócio, mas esta coexistência não é possível, são forças antagônicas, uma está sempre tentando fragilizar a outra. Temos que desmistificar estes mitos. O “Brasil para Todos” é mito. O PAC é um programa para reforçar o agronegócio. O debate sobre desenvolvimento sustentável fica marginal. O governo faz captação de divisas para crescimento. Onde o agronegócio vai se expandindo, o PIB cresce, mas o IDH fica estagnado ou regride

O movimento ambientalista deve incorporar a defesa da agricultura camponesa familiar, e os movimentos do campo devem incorporar a defesa do meio ambiente e da agroecologia, sem perder as especificidades do movimento, para construir um modelo maior para a sociedade. A questão ambiental não é restrita às remanescentes florestais, existe a discussão sobre os solos e os agrotóxicos, por exemplo. A questão da produção tampouco é restrita, não podemos discutir meio ambiente apenas a

partir das florestas, mas tem que ser de forma maior. O PRONAF é anti-social e antiecológico, empurra insumo e especialização, embora tenha algumas aplicações interessantes. O movimento ambientalista deve se engajar na discussão sobre merenda escolar. O programa de alimentação escolar pode ter papel decisivo para estimular a agricultura agroecológica do campesinato.

Parece que o MMA vai acabar com programas de fomento. Temos que incorporar a questão do território. Tem uma turma que trabalha com cartografia social. Quais experiências inovadoras existem da agricultura familiar para este território e quais do agronegócio? Poderia ser uma base para a luta política, e mais uma possibilidade de aliança.

Rubens: A lógica da ocupação na Amazônia se deu muito com as hidrelétricas e estradas, para ser ao serviço dos madeireiros. Hoje vivemos um estado de caos em muitos municípios. A discussão da ANA é boa, mas tem que levar realmente para as bases na Amazônia.

José Maurício: Temos que fortalecer a aliança dos movimentos do campo e urbanos. Ainda existe muito preconceito sobre a reforma agrária na periferia da cidade, com medo da cidade crescer. Uma cidade sadia deve ter área verde para produzir.

Apresentação sobre regularização fundiária

Dr. Jorge Benati, Presidente do Instituto de Terras do Pará (ITERPA):

A regularização fundiária é instrumento de gestão territorial, e não um fim em si mesmo. Deve ser visto como instrumento de ordenar o espaço e democratizar o acesso a terra, pactuado com diferentes atores. Regularização fundiária é processo permanente. Deve-se priorizar as pequenas propriedades, no máximo regularizando as médias propriedades, e também priorizar as comunidades tradicionais e quilombolas.

A Secretaria do Meio Ambiente do Pará tem cadastro de propriedades, varredura fundiária, uma equipe do ITERPA fica no local e faz levantamento da área. Para as pequenas propriedades, o Estado entra titulando logo de início. Para as médias e grandes propriedades, é requerido o cadastramento ambiental prévio, que é instrumento para evitar grilagem. As várzeas amazônicas, que podem ter vários quilômetros de largura, não são tidas como APPs, e nelas vivem há séculos comunidades tradicionais com exploração sustentável.

O desmatamento no Pará coloca no mercado um bilhão de reais por ano, existe corrupção desde a polícia federal até fiscal local. Não é pouco dinheiro, e a disputa é muito grande, não é apenas com relação ao território.

DEBATE

Carlos Vicente: Considerando a MP que está circulando, parece que está ocorrendo muita coisa errada na Amazônia, o que podemos fazer para diminuir este estrago?

Maria: O INCRA foi chamado de inoperante de ambos lados, da esquerda e da direita.

Ivan: Temos grandes problemas no Brasil de injustiça, existe briga no campo e nas cidades. Problema é que não existe limite para ser proprietário de terras. Como fazer o enfrentamento com cartório onde estão os grilos?

Benati: Grande debate no Brasil é falta de limitação de propriedade. Em outros países, como na Alemanha, se discute até se construir é um direito ou não. O pessoal do Sul fala que temos que ter Reserva Legal na Amazônia até 90%, mas não no Sul. Revela a visão diferente com relação ao território. Temos que discutir o conceito de territórios.

Principais propostas surgidas na Oficina

1 - SOBRE REFORMA DO CÓDIGO FLORESTAL:

- Pela manutenção e cumprimento do Código Florestal; não à reforma;
- Pela execução de regime de uso diferenciado das reservas legais e APPs para as pequenas propriedades, já previsto no Código;
- Pela desmistificação da intocabilidade das reservas legais e APPs;
- Pela formulação e implementação de uma política nacional de florestas, nos moldes como foi feito para os recursos hídricos;
- Pela implementação de políticas de apoio à agricultura extrativista e à agrofloresta, que busquem massificar esses regimes de uso da terra;
- Pelo resgate do papel do comitê de bacia hidrográfica como unidade de planejamento do desenvolvimento rural;
- Pela construção de uma Política Nacional de Florestas (usando como referência a Política Nacional de Recursos Hídricos)

2 - SOBRE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:

- pela rejeição à regularização geral; pelo sobrestamento da MP;
- pelo resgate dos princípios da reforma agrária, em especial: evitar a concentração de terras; punir grileiros e ocupantes de má-fé; observar as normas ambientais;
- priorizar as pequenas propriedades e a titulação coletiva, tendo em vista as comunidades tradicionais e quilombolas;
- lutar na justiça contra a regularização de médias e grandes propriedades rurais;
- por um processo de regularização com transparência e participação social; pela abertura de prazo para contestação pública nos processos de regularização;
- separar das áreas passíveis de regularização os 25 milhões de hectares de florestas públicas já identificados para concessão florestal;
- exigir o cadastramento ambiental como critério prévio para regularização fundiária;
- proibir qualquer desmatamento, como condição para regularização;
- considerar os zoneamentos ecológicos e obedecer as suas recomendações;
- usar a experiência na BR 163 (Cuiabá-Santarém) como projeto piloto;

3 - SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR:

- cobrar do governo políticas públicas efetivas que favoreçam a agricultura familiar em bases sustentáveis, como a reativação dos CIMAs;
- refundar a agricultura camponesa em parâmetros distintos daqueles estabelecidos para o agronegócio; pelo redirecionamento do PRONAF;
- cobrar do governo a divulgação de dados até então mantidos em sigilo da pesquisa do IBGE, 2006, que favorecem a agricultura familiar;
- pela vinculação do programa de alimentação escolar à agricultura familiar;

PROPOSTAS GERAIS E ENCAMINHAMENTOS:

- restabelecer e intensificar a aliança entre os movimentos ambientalistas e agraristas, no âmbito rural e urbano;
- o movimento ambiental deve colocar nas suas pautas a defesa da agricultura familiar camponesa; o movimento de luta pela terra deve colocar a defesa ambiental nas suas pautas;
- montar fórum permanente de discussão entre entidades do movimento agrário e do movimento ambientalista;
- realizar nos dias 03 e 04 de março no Congresso um ato político dos movimentos sociais que mostre os pontos de divergência com as propostas do governo, tanto de alteração do Código

- quanto da regularização fundiária;
- fazer um documento com cinco pontos para enviar ao presidente Lula com assinatura de todas as entidades pedindo audiência;
- pensar a questão da violência e a punibilidade;
- planejar uma audiência pública para debater projetos do governo como o PRONAF;
- propor audiência com os dois ministérios, MMA e MDA, com pauta definida e solicitando ajuda para audiência com o presidente;
- organizar a participação no encontro do Fórum da Reforma Agrária (ver data).

Lista de participantes da Oficina:

1. *Magnólia Santos Rodrigues – Pastorais Sociais/CNBB*
2. *Gustavo de Almeida*
3. *Rosângela Piovizani Cordeiro- MMC*
4. *Almacks Luiz Silva – MPA*
5. *Clarines Paris – MMC*
6. *Tânia Chantal Freire – MMC*
7. *Avelar Damasceno Amorim – REAPI/FBOMS*
8. *Pedro Ivo Batista – Gabinete Marina Silva*
9. *Pedro Demboski – MST*
10. *Luiz Henrique Gomes de Moura - MST*
11. *Dionísio Carvalho Neto – REAPI/FBOMS*
12. *Temístocles Marcelos Neto – FBOMS*
13. *Carlos Eduardo Siqueira – Argonautas/FBOMS*
14. *Julia Zanin Shimbo - FBOMS*
15. *Pedro César Batista – Mojós, Argonautas*
16. *Gabriela Barbosa – Associação Alternativa Terrazul/REJUMA/FBOMS*
17. *Rubens Gomes – GTA/FBOMS*
18. *Carlos Vicente – Gabinete Marina Silva*
19. *Bazileu A. Margarido Neto – Gabinete Marina Silva*
20. *Raul Silva Telles do Valle – ISA*
21. *Muriel Saragoussi – Centro Terramérica*
22. *Tasso Azevedo – Serviço Florestal Brasileiro*
23. *Marina Silva – Senadora*
24. *Marco Pavarino – MDA*
25. *Shirley Abreu – MDA*
26. *José Maurício Burle – Via Campesina*
27. *José Vaz Parente – CNASI*
28. *Clara de Assis Vale Evangelista – CNASI*
29. *Sérgio Sauer – UNB/Terra de Direitos*
30. *Maria de Jesus Santana – CNASI*
31. *Esther Neuhaus – FBOMS*
32. *Giselda Coelho Pereira – MST*
33. *Paulo Petersen – AS/PTA e ANA*
34. *Frei Sergio Gorgen – MPA*
35. *Jorge Benati - ITERPA*

Relatoria: Tânia Oliveira, José Maurício, Esther Neuhaus.